

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO

Entidade que realiza o procedimento

Código de oferta na BEP

2. CARACTERIZAÇÃO DO POSTO DE TRABALHO

Carreira

CTFP* por tempo indeterminado

Categoria

CTFP* a termo resolutivo certo

Área de atividade

CTFP* a termo resolutivo incerto

Empregador Público

Nomeação

* CTFP: Contrato de trabalho em funções públicas

3. IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Nome Completo

Data de Nascimento

Sexo: Masculino Feminino

Documento de Identificação Civil:

Cartão de Cidadão

Passaporte

Título de autorização de residência

N.º de Identificação Civil

NIF

Nacionalidade

País de Residência

Morada

Código Postal

Localidade

Distrito

Concelho

Telefone

Telemóvel

Endereço de correio eletrónico

Cargos de Direção Intermédia

4. NÍVEL HABILITACIONAL

Assinale a opção apropriada:

01	Menos de 4 anos de escolaridade	<input type="checkbox"/>	06	Curso de especialização tecnológica (nível V)	<input type="checkbox"/>
02	4 anos de escolaridade (1.º ciclo do ensino básico)	<input type="checkbox"/>	07	Bacharelato	<input type="checkbox"/>
03	6 anos de escolaridade (2.º ciclo do ensino básico)	<input type="checkbox"/>	08	Licenciatura	<input type="checkbox"/>
04	9.º ano (3.º ciclo do ensino básico)	<input type="checkbox"/>	09	Mestrado	<input type="checkbox"/>
05	12.º ano (ensino secundário) ou Curso tecnológico / profissional / outros (nível III ou IV)*	<input type="checkbox"/>	10	Doutoramento	<input type="checkbox"/>

* Nível III ou IV: Nível de qualificação da formação (c/ equivalência ao ensino secundário)

4.1 FORMAÇÃO ACADÉMICA /PROFISSIONAL

Indique a Licenciatura:

Indique outros graus académicos:

Outras formações académicas e profissionais relevantes:

Cargos de Direção Intermédia

5. SITUAÇÃO JURÍDICO-FUNCIONAL DO TRABALHADOR

É titular de vínculo de emprego público?

Sim

Não

5.1 MODALIDADE DE VÍNCULO DE EMPREGO PÚBLICO

Nomeação	Definitiva	<input type="checkbox"/>
	A termo resolutivo certo	<input type="checkbox"/>
	A termo resolutivo incerto	<input type="checkbox"/>
Contrato de trabalho em funções públicas	Por tempo indeterminado	<input type="checkbox"/>
	A termo resolutivo certo	<input type="checkbox"/>
	A termo resolutivo incerto	<input type="checkbox"/>

5.2 SITUAÇÃO PROFISSIONAL

Situação profissional atual	Em exercício de funções	<input type="checkbox"/>
	Em licença	<input type="checkbox"/>
	Ao abrigo do Regime de Valorização Profissional, aprovado pela Lei n.º 25/2017, de 30 de maio	<input type="checkbox"/>
Órgão ou serviço onde exerce funções:		
Carreira e categoria ou cargo atualmente detido:		
Atividade exercida ou que, por último, exerceu no órgão ou serviço:		
Posição e nível remuneratórios detidos:		
Avaliação de desempenho:		

6. REQUISITOS DE ADMISSÃO

"Para o efeito declaro, sob compromisso de honra, que não me encontro em situação de incompatibilidade, impedimento ou inibição para o exercício do cargo colocado a concurso."

Sim

Não

Cargos de Direção Intermédia

7. NECESSIDADES ESPECIAIS

Caso lhe tenha sido reconhecido, legalmente, algum grau de incapacidade, indique o respetivo grau, o tipo de deficiência e se necessita de meios / condições especiais para a realização dos métodos de seleção.

Grau de incapacidade:

Tipo de incapacidade:

7.1 Especifique as condições especiais necessárias para a realização dos métodos de seleção.

8. DECLARAÇÕES FINAIS

"Declaro para os efeitos previstos no artigo 13.º do Regulamento Geral de Proteção de Dados (EU) 2016/679 do P.E. e do Conselho de 27 de abril (RGPD) prestar, por este meio, o meu consentimento à CIRA, para o tratamento dos meus dados pessoais contidos no presente formulário e respetivos documentos anexos."

Os dados recolhidos são os estritamente necessários para a instrução do pedido formulado, e serão tratados em observância do Regulamento Geral de Proteção de Dados.

Pode consultar a informação sobre a proteção de dados pessoais no ponto 10.

"Declaro ainda que autorizo o uso do endereço eletrónico, contido no presente formulário, para efeitos dos artigos 63.º e 112.º do Código do Procedimento Administrativo, no âmbito do Procedimento concursal comum de recrutamento acima referido".

Sim

Não

Declaro que são verdadeiras as informações acima prestadas.

Localidade:

Data:

Assinatura

(Permite assinatura digital com Cartão de Cidadão)

Cargos de Direção Intermédia

9. DOCUMENTOS ANEXOS

Currículo Vitae	<input type="checkbox"/>
Certificado de habilitações	<input type="checkbox"/>
Comprovativos de formação (Quantidade Nº _____)	<input type="checkbox"/>
Declaração emitida pelo organismo ou serviço público a que se encontra vinculado(*) .	<input type="checkbox"/>

Outros:

(*) Declaração, devidamente autenticada e atualizada, emitida pelo organismo ou serviço público a que se encontra vinculado, da qual conste, inequivocamente, a natureza do vínculo à função pública, carreira detida, e o respetivo tempo de serviço na carreira/categoria e na função pública, posição remuneratória que detém até à presente data, o conteúdo funcional com especificação das tarefas e responsabilidades inerentes ao posto de trabalho que ocupa e a avaliação de desempenho (quantitativa e qualitativa) obtida nos últimos 2 ciclos avaliativos;

Cargos de Direção Intermédia

10. INFORMAÇÃO SOBRE PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

Os dados recolhidos destinam-se ao tratamento no âmbito do procedimento de recrutamento comum, nos termos do artigo 30.º e 33.º a 38.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

A CIRA, enquanto responsável pelo tratamento dos dados pessoais, adota as medidas técnicas e organizativas adequadas para assegurar o respeito integral das regras relativas à proteção de dados, pelo que, nos termos do artigo 13º do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, aprovado pelo Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (RGPD), informa-se o seguinte:

1. Sendo a CIRA a entidade responsável pelo tratamento dos seus dados pessoais, para o efeito de comunicações para o exercício dos direitos atribuídos pelo Direito da União Europeia e nacional, disponibiliza-se o contacto telefónico +351 234 377 650 e o endereço de correio eletrónico: geral@regiaodeaveiro.pt;
2. Os dados pessoais aqui recolhidos designadamente, o nome completo, data de nascimento, n.º de documento de identificação civil, morada, email, dados profissionais (organismo, carreira, área funcional, posição e nível remuneratórios) e habilitações literárias são os estritamente necessários à instrução e decisão sobre o procedimento concursal;
3. Os dados pessoais recolhidos serão tratados com a finalidade de gerir o processo para a constituição de contrato de trabalho em funções públicas, onde se inclui a análise das condições de candidatura, comunicações e notificações e fornecimento de acesso aos contrainteressados, nos limites legais, sendo as referidas atividades apoiadas por uma base de dados digital própria;
4. Os dados são acedidos pela CIRA, na estrita medida do necessário para esse fim, não estando prevista nenhuma transmissão para outras entidades além do serviço ou organismo de origem do/a candidato/a, podendo, no entanto, ser partilhados com terceiros no estrito cumprimento das obrigações legais aplicáveis ou outras causas legalmente tipificadas e na justa medida em que tal se mostrar adequado ao fim a que essa partilha se destinar;
5. A CIRA vai conservar os dados do titular dos dados pessoais pelo prazo de 18 meses, contados desde a data da conclusão do procedimento, findo o qual são eliminados, sem prejuízo de ulteriores prazos decorrentes de obrigações legais a que a CIRA se encontre sujeita;
6. As finalidades descritas decorrem das obrigações legais acima mencionadas, pelo que, nos termos do artigo 13.º, n.º 2, alínea e), do RGPD, esclarece-se que a não disponibilização dos dados respetivos prejudica a apreciação da respetiva candidatura;
7. Não estão previstos tratamentos adicionais de dados pessoais e, quando e se se afigurarem necessários, será previamente solicitado o devido consentimento, quando for o caso;
8. O/A candidato/a, titular dos dados, relativamente aos dados pessoais que lhe digam respeito, tem os seguintes direitos: [1] A exercer perante a CIRA: direito de informação; direito de acesso; direito à retificação dos dados inexatos; direito de apagamento; direito à limitação do tratamento; direito à minimização dos dados; direito de se opor ao tratamento; direito de portabilidade dos dados; direito à não sujeição a decisões individuais automatizadas; nas situações de consentimento, direito de retirar consentimento em qualquer altura, sem comprometer a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado; [2] A exercer perante o Encarregado de Proteção de Dados (através do email geral@regiaodeaveiro.pt): direito de apresentar exposições; [3] A exercer perante a autoridade de controlo (nomeadamente, Comissão Nacional de Proteção de Dados): direito de apresentar reclamação; [4] A exercer perante as instâncias jurisdicionais competentes: direito a ação judicial e a indemnização no caso de violação dos seus direitos.
9. Para mais informações sobre as práticas de Proteção de Dados da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro consulte a Política de Privacidade disponível no nosso website em <https://www.regiaodeaveiro.pt/pages/364>.